



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO

Análise dos Impactos Sociais, do Arcabouço Institucional e Legal dos Conflitos Sócio-Ambientais da Carcinicultura.

Atendendo solicitação de avaliar o conteúdo do relatório “Análise dos Impactos Sociais, do Arcabouço Institucional e Legal, e dos Conflitos Socioambientais da Carcinicultura” elaborado pela UFC/LABOMAR com recursos da SEAP-PR, tecemos os seguintes comentários:

O referido relatório aborda em seu conteúdo, um panorama dos supostos conflitos em torno da atividade ao longo da sua trajetória. O documento tem como base uma revisão de bibliografias inerentes a questões econômicas sociais e ambientais que envolvem a atividade, além de opiniões colhidas através de questionários aplicados com diversos atores sociais.

O relatório não exerce influência negativa ao leitor, no entanto, disponibiliza informações que se contrapõem em idéias e opiniões e destaca trechos das acusações de grupos ambientalistas contrários à atividade e de entidades que apóiam a carcinicultura.

Segundo o próprio relatório, *os conflitos não são determinados por fatores isolados, mas são o resultado de uma conjuntura determinada por diversos fatores, conforme trecho a seguir:*

...Portanto, a introdução de uma nova tecnologia, como a carcinicultura, é apenas um dos fatores, dentre muitos, que concorrem para o surgimento de choques de interesses entre os atores sociais.

O documento cita os diversos relatórios que já foram elaborados sobre o tema e apresenta os diferentes tipos de constatações, entre eles o do Comandante Serafim, representante do Ministério da Defesa no Conape (2004-2006), o qual ressaltou que constatou in loco a diminuição dos conflitos entre carcinicultores e pescadores artesanais, destacando ainda o manifestado desejo dos pescadores em implementarem seus próprios projetos de carcinicultura.

O relatório faz um mapeamento dos supostos conflitos de acordo com os Estados e Municípios, expondo as denúncias (ex. ameaças de morte e impedimento de acessos) e as causas dos conflitos, citando nominalmente algumas empresas (ex. Valença Maricultura/BA e Joli Aqüicultura/CE) e comunidades envolvidas. No caso das empresas citadas, o assunto já foi alvo de noticiário na imprensa e de ações judiciais entre as partes envolvidas, cujos inquéritos policiais mostram claramente que tratam-se de conflitos pré-organizados, inclusive, com a participação de elementos desqualificados e estranhos ao setor.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO

Ainda sobre o mapeamento dos supostos conflitos, o relatório reconhece que na ocasião da elaboração de diagnósticos e documentos oriundos de eventos ocorridos no Ceará, ficou claro que membros de ONGs ambientalistas, como o Instituto Terramar, e movimentos sociais, como a Pastoral da Pesca, tiveram uma participação bastante ativa e muitas vezes assumindo a coordenação de grupos locais nesses eventos, portanto tendo uma influência marcante na construção de uma imagem negativa do setor junto as comunidades.

Na análise referente às entrevistas realizadas no Rio Grande do Norte o relatório faz a seguinte síntese: *De modo geral, pode-se concluir que existe um consenso entre os entrevistados quanto aos impactos causados pela carcinicultura, havendo divergência quanto à forma, magnitude e abrangência desses impactos, e discordando taxativamente do caráter generalizado com que os movimentos ambientalistas e sociais vêm tratando a questão.*

Abaixo se destacam alguns trechos conclusivos do relatório sobre diversos aspectos, que por si só demonstram a dubiedade do mesmo, o qual não consegue disfarçar a falsa imparcialidade que seus atores tentam transmitir:

“Por um lado, o discurso dos carcinicultores peca por confiar fortemente nos avanços tecnológicos para contornar as questões ambientais, e por outro lado, o discurso dos ambientalistas peca por recorrer excessivamente e sem parâmetros de avaliação ao princípio da precaução”.

“Contudo, no debate político que visa moldar a opinião pública, principalmente na questão da carcinicultura, a verdade científica pouco contribuiu para formar consenso entre os grupos com diferentes posições. Se o número de empregos gerados pela carcinicultura parece ser um argumento forte para aqueles que defendem a atividade, a sazonalidade e a informalidade no mercado de trabalho rural parece ser uma questão mais relevante. Como resultado, os esforços de pesquisa são dissipados e as vias de consenso esgotadas”.

“...a carcinicultura utiliza erroneamente o conceito de inclusão social quando traduzem este conceito em termos de resultados, expressos por meio de número e percentuais, quando inclusão social deve se refletir na participação ativa na sociedade, traduzindo assim um comportamento. Por outro lado, o movimento ambientalista rebate tal argumento, caindo no mesmo erro conceitual por considerá-la como um resultado, e além de confundir inclusão social e estrutura fundiária, exige de uma atividade produtiva melhorias na qualidade de vida da população costeira, quando esta deveria ser uma meta dentro das políticas de desenvolvimento do país, embora pouco exercida na prática a participação seja garantida na legislação”.

“Mesmo sendo o camarão um produto de exportação, e mesmo sem fazer parte da dieta das classes populares, a atividade pode contribuir indiretamente



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO

para o aumento da disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade da alimentação, quando promove o dinamismo da economia regional, porém esta não é uma tarefa exclusiva do setor privado. Porém, deve-se ressaltar que as externalidades ambientais causadas pela carcinicultura mal-conduzida podem aumentar o risco de acesso e estabilidade alimentar das populações mais vulneráveis”.

“A carcinicultura tem sido associada a episódios de violência de direitos humanos e ambientais das populações costeiras; ação violenta dirigida a comunidades locais, lideranças, entidades, tendo sido registrados vários assassinatos; e impunidade pelos crimes cometidos....O conflito pode não ser determinado exclusivamente pela carcinicultura, mas a carcinicultura está sendo usada como instrumento para que as reivindicações de políticas e ações que se revertam em benefício sociais e econômicos para as comunidades tradicionais sejam ouvidas pela opinião pública e pelo poder público”.

“Os relatórios feitos por várias entidades, antes mesmo de usarem as evidências para suportar sua hipótese, já declaram como pressuposto que a carcinicultura é insustentável. Este discurso tem sido permeado de exageros, generalidades e falta de evidências empíricas, sustentando-se nos argumentos políticos e ideológicos. Porém, deve-se ressaltar que os questionamentos socioambientais em torno da carcinicultura não são exclusivos desta atividade, uma vez que o advento dos novos paradigmas de sustentabilidade, os processos de produção e consumo têm sido questionados, mesmo por que os mesmos foram concebidos segundo os modelos convencionais de desenvolvimento”.

“Enquanto os movimentos sociais e ambientalistas exigem maiores restrições para a carcinicultura, os carcinicultores exigem dos governos maior apoio político e processos de licenciamento simplificados”.

Em suma, este é mais um relatório sobre conflitos da carcinicultura que apresenta opiniões divergentes sobre o tema e dificuldades de entendimento entre as partes interessadas, mas no qual destacamos em suas conclusões que: “acusar a carcinicultura de insustentável não é justo para com a atividade, quando o estado por meio de sua omissão cria as condições de insustentabilidade social, econômica e ambiental”.

Itamar de Paiva Rocha, ABCC

Comitês Temáticos de Desenvolvimento e Gestão da Aqüicultura Marinha e Continental/CONAPE

Brasília 26/03/08.